

## Viver em uma corda bamba

*Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada. Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos: que não são embora sejam. (Galeano, 2010, p. 71)*

*Seu modo de se expressar revelava o olhar atento e poucas coisas que a boca fazia passar. Seu corpo era alto, de postura ereta, olhar pra frente, meio tímido, bastante sério. Boca de poucas palavras. Você falava primeiro pela infração, como se fosse ela quem te apresentasse pra mim: a história de uma vida que se conta pelo crime. Mas, seu corpo de menino grande suportava mais do que a transgressão, mesmo que nela durasse por bastante tempo.*

*O que mais pode um menino da medida dizer dele próprio? As condições de sobrevivência (ou, melhor, a falta delas) te aproximaram do crime. Era preciso resolver as questões da escola sozinho, porque sua mãe, surda, não entendia o que falavam pra ela. Você pedia que resolvessem tudo direto contigo, que teve que cuidar da família desde cedo.*

*O crime era a vontade de ajudar em casa, mesmo que escondido, já que sua mãe não aceitava aquele dinheiro, e era, também, a vontade de comprar um tênis bom e uma roupa de marca. “O crime oferece uma moral, tem uma ética que acolhe” e faz um menino da periferia se sentir importante. “Na biqueira, o menino é rei. Na escola, ele é lixo. Moleque pequeno, já*

sabe andar de moto; se joga no chão quando acha que vai cair e, depois, volta a subir.” Mas, não tem moleza: no tráfico, tem que ficar esperto, não pode dormir no trabalho – a maconha ajuda a ficar acordado e não atrapalha a memória. Alguns amigos escolheram outras drogas, que até levaram uns, que “morreram daquela curiosidade que matou o gato”.

Na rua, as pessoas escondem a bolsa e o celular quando te veem passar; elas estão dizendo, sem falar, que “alguns têm cara que assusta, que dá pra ver que é bandido criado na biqueira. [Que] ninguém tem amor pelo outro”. A medida espera alguma coisa dos meninos – o que seria? Não se pode ler os relatórios e nem dá pra imaginar como eles ajudariam a conseguir o que mais importa na vida: a tranquilidade de ter dinheiro pra ser independente e poder ajudar a família.

Em liberdade, a prestação de serviços é injusta porque tem que trabalhar de graça – e, como é sem sentido, é pior ainda, e o menino não faz. Você até tentou: no começo, cumpria a medida na biblioteca, que não durou muito tempo porque não fazia sentido pra você organizar os livros que as crianças bagunçavam depois. Ajudar na sala de informática, onde tinha uma pessoa que já era responsável, também não rolou, porque não sobrava muita coisa pra você fazer. Agora, ajudar a organizar o público, isso era coisa fácil – bastava olhar feio –, mas durou pouco, porque, explicar pra quem chegava as obras que estavam ali expostas nas paredes não dava: você disse que alguém bem-vestido e de outro lugar não perguntaria a alguém malvestido e daquele lugar sobre uma obra de arte. Entendia que a equipe daquele serviço também te olhava com medo. Melhor era não fazer nada na PSC pra além de contar e anotar as horas do tempo que não passava. [Essa espera virou um tempo bom pra você me contar suas histórias.]

Trabalhar não era coisa simples. Na quebrada, ser entregador de pizza à noite é correr o risco de ser parado por aquela mesma polícia. “E, quem contrata, não se importa se acontece alguma coisa com o moleque, porque é só colocar outro no lugar.” [Sua vida, que não era coisa pouca, era sentida como pouco importante, como se você fosse alguém que, ao passar pelo mundo, não deixasse marcas nele.]

A vida do menino pequeno que nasceu precisando ser grande gerava a sensação de viver caminhando em uma corda bamba. Essa corda era, também, ter de decidir a todo momento se roubava ou não, a mão coçava: “tem que ser forte pra ficar firmão”. Corda bamba faz pensar em queda e, também, em aguentar. A vida não é uma só.

Depois de quatro encontros, nossas conversas terminaram. Na despedida, você me disse: “se cuida”.

## 7.1 ALGUNS TÊM CARA QUE ASSUSTA

A cara que assusta faz os outros esconderem o celular, atravessar a calçada e fingir que não viram, produzindo uma relação entre o corpo e o olhar do outro que transforma um mero caminhar pelas ruas em uma tarefa nada simples. Para muitos, gera uma necessidade de constante atenção ao local em que se está, aos modos de falar e aos gestos, pois, sobre seu “corpo reina uma atmosfera densa de incertezas” (Fanon, 2008, p. 104). Na percepção de Alemão, o corte de cabelo, as roupas, o boné e o modo de andar o marcavam como nascido na periferia e, portanto, um bandido. Aprendeu que, para muitos que o olham, o fato de ser jovem, pobre e morador de seu bairro determina um ser marginal que se encontra dentro de sua pele. Nesse arranjo que associa a condição de pobreza à ação delinquente, Alemão não podia se desfazer do que viam quando o olhavam, mesmo querendo muito e, mesmo que não roubasse ou traficasse, ainda seria um menino pobre e morador da favela, com todas as perturbações que isso lhe trazia.

Não conseguia se desvencilhar dessa imagem que apresentava em sua narrativa. Quem era e o seu lugar de moradia compunham uma mesma coisa; o bairro, mais do que uma localização no mapa, é um constante rearranjo dos valores atribuídos aos lugares, às pessoas, às atividades e aos recursos ali disponíveis (Neder, 1997; Batista, 2012; Hirata, 2018). Quando dizia que não é fácil andar pelas ruas e tentar viver outra coisa; conseguir outras coisas [...] porque “o Sistema ganha muito dinheiro com a gente lá dentro”, esse menino falava através do bairro, e era um território que falava através de seu corpo, dominando a percepção de que seu destino estava traçado. Quando a “mão coçava” e ele tentava não roubar, não era apenas contra o roubo que lutava, mas, também, contra essa ideia de quem era e que passara a ter de si. Não roubar era fazer diferente daquilo que seu bairro-corpo solicitava.

Um corpo como o de Alemão está continuamente exposto ao ódio, à pena e ao medo (Batista, 2012), vivendo uma solidão atravessada pela radicalidade da carne, na intensidade de um momento que nunca cessa de acontecer: estar à mercê do olhar avaliativo do outro. Seus jeitos o entregavam a um contínuo julgamento e à necessidade de ter de decidir como seguir sem poder falhar – para ele, um erro custava caríssimo diante das perspectivas sobre ele colocadas de ser alguém que “não vai dar certo”.

Quando dizia que a escola o fazia se sentir um lixo, mostrava a insuficiência de a medida o matricular e que o processo de escolarização pede mais do que a presença do corpo físico na instituição escolar. Alemão contava que chegava a ser insuportável estar em lugares que o faziam se deparar com a desconfortável ideia de ser descartável. Foi, por isso, encontrando outros lugares para estar; daí a biqueira, onde “o menino é rei, [enquanto], na escola, ele é lixo”. Nesse contexto em que a vida humana se assimila ao resto rejeitado, muitos meninos vão sonhando com outra coisa que não a escola ou

o emprego, e as experiências perseguidas são outras: “aqui, moleque pequeno já sabe andar de moto; se joga no chão quando acha que vai cair e, depois, sobe de novo”.

Há cotidiano possível quando é necessário sobreviver a cada dia? É possível tecer planos? Alemão nunca estava onde desejava; ele estava onde era possível, a depender das circunstâncias, que tinham um poder grande em sua biografia – por vezes, era possível saber de si através daquilo que as conjunturas diziam dele (se estava internado, era alguém que errara; se estava desempregado, era alguém que não se interessava; se em certa rua se deparava com alguém que tinha medo dele, era bandido). Não havia abrigo nunca, estando sempre descoberto. Não havia teto ou parede que jamais o refugiasse. Ele ia criando clareza não do que era melhor para si, mas daquilo que era necessário, estando sempre nesse campo da necessidade.

Essa exposição constante e o fato de ter de responder sempre às necessidades mostravam sua condição de ser uma vida nua (Agamben, 2010), sujeitada à morte a todo tempo em função da categoria em que foi posta, irreparavelmente exposta e abandonada. O que ocorre a uma vida nua não se questiona, pois o que se passa com ela é como deveria ter sido. Daí que um corpo jovem – morada dessa vida transformada em sobrevida (Coimbra; Nascimento, 2008) – possa ser agredido, violado e revirado sem que isso se torne uma questão que dure. Ser vida nua é viver nessa condição em que aquilo que a fere não é lamentado, porque é essa a marca desse corpo, sempre exposto à probabilidade absoluta de ser morto. Alemão contou que

*Vida adulta é lidar com a morte, é sobreviver e ficar no perrengue. Mudar de bairro pra ficar vivo porque a polícia sempre vem atrás, sempre reconhece o rosto. É ter um amigo preso, outro sumido e, um terceiro, morto. A morte vem da polícia, mas também das mãos de quem sequestra e rouba.*

Isso que dizia, o fazia dentro de um Estado que produz um menino compreender que é melhor matar ou morrer a ser preso. Por aí também se constrói exclusão social; mais do que isolar ou prender alguém, ela tem a ver com empurrar esse alguém a precisar escolher entre alternativas tão restritivas de si: não querer a (sua) vida, mas a (sua) morte, quando existir se apresenta como um eterno jogo de azar. A exclusão social não permite ao outro o direito aos seus direitos, produzindo sem fim esse “instante extremo em que representações e práticas levam à exclusão do outro, tido e havido como encarnação da periculosidade e, portanto, passível de ser eliminado” (Kowarick, 2009, p. 92). Exclusão não se opera apenas pelo empobrecimento, mas como um dos efeitos da pobreza, que é a negação ao outro daquilo que deveria poder, furtando desse outro, por exemplo, a possibilidade de circular pelas ruas sem ser sempre devolvido à pecha de desvirtuado, inútil, matável, perigoso.

Esse olhar, que afeta tanto quem olha quanto quem é olhado (Fanon, 2008; Césaire, 2020), produz um falso paradoxo que se coloca a essas vidas e que atravessa persistentemente cada uma de suas experiências: uma sociedade que diz fazer uso das sanções – no limite, tirando o menino de circulação – para reintegrar, mas que constrói a identidade do delinquente, lançando-o, em seguida, como numa espiral, ao aprisionamento. Quando a medida diz para eles a maneira certa de viver, acreditando (e fazendo acreditar) que, para além de seu bairro, não há nada – nada é possível –, encarcerando-os ali mesmo onde sempre estiveram, torna-se mais um elemento que abrevia a liberdade desses meninos (Augusto, 2010).

Ter de se enlaçar em modos de viver onde os *nãos* dominam produz uma existência refreada. A generalização dos modos de existir no mundo, de aprender, de conversar e de perguntar limita processos inventivos dentro dos quais coisas novas (pensamentos, respostas, projetos, olhares) seriam inauguradas.

A medida repete práticas de assujeitamento quando não vislumbra horizonte para além daquele que seu olho vê, porque nada é mais aniquilador do que anunciar o impossível no outro, em uma espécie de colonização da vida alheia, matando as chances daquilo que poderia vir a ser sem, ao menos, se propor a vislumbrar alguma saída em parceria. Ecoa práticas de controle a céu aberto (Passetti, 2006) quando diz como devem viver, continuando fora da internação o governo desses meninos que precisam ser normalizados, sendo requisitados como trabalhadores inertes, estudantes sem crítica, sujeitos tidos como bem-comportados e de linguagem correta em troca da vida melhor que não acontece.

São “os ninguéns” esses meninos cujo estigma sobre eles colocado os destitui dos menores elementos que fundam a condição de humanidade, fazendo-os se encontrarem “em situação de profunda vulnerabilidade civil no que ela tem de mais essencial: a integridade das pessoas” (Kowarick, 2009, p. 269). São aqueles que não são (não podem), insistindo em ser. Vidas feitas subumanas quando tomadas em relação a um ideal de sociabilidade que concorre com a pobreza material impossível de ser ultrapassada.

Alemão falava de uma condição de vida que percorria toda a sua narrativa, mostrando a impossibilidade de se desvencilhar dos efeitos que ela produz, um deles, o achatamento das liberdades possíveis mesmo fora dos muros da internação, porque ter de responder constantemente às necessidades deixa pouco espaço para outras intensidades.

Como se constitui a cara que assusta, que faz os outros esconderem o celular, atravessarem a calçada, fingirem que não viram? Essa cara que produz uma relação entre o corpo e o olhar do outro que transforma caminhar pelas ruas em uma tarefa nada simples?

Alemão era uma vida tornada endividada (Deleuze, 2013) quando não havia nada que pudesse alcançar para que se desenlacesse das cobranças que a medida colocava para ele: o trabalho era mal remunerado; a nota ou a frequência escolar não eram suficientes; nos atendimentos, falava pouco. Precisava sempre nadar em mar revolto, em uma “prova permanente, sem ponto final [que consiste em] seguir o indivíduo em cada um de seus passos, ver se ele está regular ou irregular, comportado ou dissipado, normal ou anormal” (Foucault, 2015, p. 180). Quando a medida não o escutava, Alemão e sua história não existiam; ela, “com um movimento de orelhas, [afugentava] a ideia. A ideia, a mosca inoportuna” (Césaire, 2020, p. 39). Afinal, o que faria a medida se soubesse dos combates do menino?

## 7.2 NÃO SE PODE LER OS RELATÓRIOS

*A medida espera alguma coisa dos meninos – o que seria? Não se pode ler os relatórios e nem dá pra imaginar como eles ajudariam a conseguir o que mais importa na vida: a tranquilidade de ter dinheiro pra ser independente e poder ajudar a família.*

Alemão, que construiu o trecho acima, questionava-se acerca das razões de a medida existir e do que esperaria dos meninos, apontando um descompasso entre os escritos que ela produz e as batalhas que vivia no próprio cotidiano: a que serviriam os documentos que não o ajudavam a conseguir *o que mais importa na vida*?

MC Poeta e Curió também tinham por desconhecidos os relatórios técnicos e a mesma impressão de que tudo o que era escrito sobre eles ficava pairando como uma presença ausente. Dentro e fora dos muros da internação, Curió tinha a experiência de ficar sem saber o que a medida compunha sobre ele:

*A maior parte dos meninos nem sabe o que é a medida e os seus direitos. Na internação, eles não sabem do Estatuto da Criança e do Adolescente porque os funcionários têm medo de que, se conhecerem os seus direitos, vão brigar por eles. Também não sabem dos relatórios das técnicas e do que elas escrevem. O PIA [Plano Individual de Atendimento] é só mais uma palavra, é onde a gente lava as mãos.*

Curió estranhava que o Plano Individual de Atendimento existisse apesar do menino e do que ele, em sua singularidade, podia. Via-o como um plano esboçado para alguém que ficava de fora estando dentro. Deixando-o sem saber do que se tratava o relatório e de suas implicações, a medida o submetia para além da sanção, devolvendo-o continuamente para esse lugar por meio de sua escrita, avaliando negativamente seu comportamento, seus amigos, a roupa que veste, a nota que tira na prova, a frequência com que vai à escola, tudo isso fora de uma história singular produzida na arena social. A medida se torna uma espécie de porta-voz do menino e, como tal,

“ouve a voz que outra pessoa não emitiu, pega, guarda no bolso e porta, como uma carteira ou uma chave. [...] porque [...] porta o que a voz não disse e talvez nem soubesse que iria dizer, se dissesse” (Jaffe, 2012, p. 163). Portando a voz do menino, esconde-o, perfazendo passar pela própria boca algo que o supõe, silenciando-o. Um relatório escrito sem sua participação produz um personagem, fazendo-o estar e não estar ali – ele existe e não.

Mesmo uma escrita que se pretende comprometida com a vida, se não toma o menino como agente, pode não o punir, mas o controla (Foucault, 2015). Inclusive quando pretendem retirar o menino da sanção, esses escritos dificilmente produzem seu deslocamento em relação às figuras de desviante (o infrator) ou de incapaz (de realizar outras coisas, de tomar decisões). Formas aprisionadoras, ambas. Quando Alemão dizia que “o LA pode dar algum apoio quando o técnico ajuda a abrir caminho [e que esse caminho se dá por meio de] uma conversa, um incentivo, um trabalho, a inscrição num processo seletivo, a fazer o currículo”, contava que a medida tinha, em sua perspectiva, ajudá-lo a acessar alguma coisa tangível. Alemão solicitava um percurso e a medida pretendia que ele a terminasse sem acompanhar e sem pensar, com ele, sua travessia, desviando o olhar em relação àquilo que aquela vida necessitava para se fazer vivente.

A constituição de uma micropolítica das relações em que alguma outra coisa pode se dar é uma questão que precisaria interpelar quem está dentro da medida. Se o normal tem sido que os meninos não sejam autores no processo de elaboração dos documentos e dos dizeres que não dizem de mais ninguém senão deles mesmos, tornando-os parte, a medida subverteria o que se tornou regra. O relatório alcançaria mais do que a descrição do menino que desvia e de suas vulnerabilidades; ao inventar composições com seu dia a dia e com aquilo que, na ponta de sua vida, precisa para resistir em formas singulares de combater, criaria relações novas com aquilo que comunica (Guattari; Rolnik, 2013).

Com os meninos com quem conversei, subvertíamos os usos normalizadores das palavras acionando, ao escolhê-las, rotas de fuga de uma forma aprisionadora tão conhecida por eles em que aquilo que sabem não serve. Fazíamos caber o que conheciam em um movimento em que, para escrever, era preciso mais que escolher palavras – era preciso que eu mostrasse que, sem eles, não haveria palavras. Essa escrita, tomada como artesanania, pretendia se desviar de um modo avaliativo que atravessa o menino nas instâncias mais presentes do seu dia a dia, em que quase tudo que é seu tem sido visto como errado, impróprio e insuficiente. Inventando juntos, fazíamos um conjunto.

No topar operar com outras referências, havia um apelo à produção de sentidos em uma operação que buscava a potência criadora de vida, “encontrando modos de expressão para as diferenças que vão se produzindo nas misturas do mundo” (Rolnik,

1995, p. 8). Descobrir um dizer próprio, ou uma forma singular de dizer, dentro da medida, constituía o próprio processo para que fosse possível reinventar com cada menino algo que afirmasse que eles não são todos iguais. Essa afirmação, que passava por experimentar palavras e seus usos, criando dizeres, produzia efeitos que se mostravam nas reflexões que faziam, já que “experimentações são ensaios de vida, relações intensas entre o que se vive e pensa, provocando novas subjetividades voltadas para outros estilos de vida, compondo uma intrínseca relação entre pensar e agir” (Passetti, 2006, p. 99).

Pensar a palavra, o que e como contar o que viveu, transporta uma pessoa a alguma ética de vida possível aberta ao outro, ao devir-outro de si, àquilo que ativa a largueza dos modos de habitar os espaços e as relações, em uma implicação com o efeito do que se faz e com o dito que se escolhe dizer. Nessa interação, também a medida se embrenharia com os meninos, pois não há responsabilização que se faça sozinho (ninguém vive à parte do mundo) nem processo algum que responsabilize o outro: eu, que não sou um ente inalterável, não me faço sozinha, e só posso me refazer continuamente nesse trabalho próprio da vida que é produção de diferença e de devir-outro no encontro com esse que me retira de mim, fazendo-me deslocar em relação àquilo que me parece que sou, afinal, “ninguém é como nós, e nós não somos sequer como nós mesmos. [...] o Outro já está em todos os lugares, até mesmo em você” (Haider, 2019, p. 144). O outro estranha o que se tornou familiar em mim, tão próximo que não noto, agindo como uma força que me obriga a aprender a caminhar junto ao desconhecido e ao estrangeiro que me habita.

Na experiência que tivemos, pelo processo de definir o que relatar do próprio percurso e como fazê-lo, a produção textual se tornava muito mais que a composição de linhas em um papel: era o pensamento do menino sobre o mundo fazendo parte dele. A produção de textos conduzia a pensar a elaboração dos relatórios comportando a escolha dos termos e das frases; a decisão, com eles, do que dizer. O menino, tendo diante de si uma escrita que lhe diz respeito, pode se haver com sua história, com o que fez e com as resoluções que foi dando naquele tempo em que se encontrou com a medida. Ainda que o relatório não escape de ser uma ferramenta de controle, dessa vez, o menino participaria entendendo as implicações que o atravessam e o adulto que o acompanha implicaria a si próprio.

Se a medida não coloca as decisões em um plano compartilhado e não aposta junto ao menino o tempo que as coisas levam, perde a possibilidade de construir novos modos de viver esse tempo e de combatê-lo como um tempo apenas submetido à espera. Perde a ocasião de compor um corpo coletivo em que o menino não seria somente convocado para audiências judiciais, mas as solicitaria; não teria a mera obrigação de ir à escola, mas poderia pensar o que ela significa. A medida o acompa-

nharia porque se engajaria junto, apostando na busca por uma liberdade que fosse vivida na seara dos direitos.

Trata-se de criar aberturas por onde algo se inventa quando são colocados novos elementos (ou os mesmos elementos) em outras relações, pois nenhuma palavra basta; como a vida sempre pede novas passagens, não há solução de compromisso que não precise ser continuamente revisitada. A escrita faz esse papel de colocar o mundo em novos encontros com o escrevente quando quem escreve se afeta, fazendo-se centro e ator da ação (Barthes, 2015). Quando isso ocorre, ela é uma esperança.

Subverte-se a produção documental produzindo rachaduras no próprio procedimento, profanando-o (Agamben, 2007). Se querem o relatório sem autoria e sem a participação do menino, então, ele participa. Lê, opina, escuta, disputa, discorda, escolhe os termos. Se o relatório conta comportamentos, que a medida conte os processos – afinal, o que os meninos fazem é efeito de muitas coisas e de condicionalidades que ficam, quase sempre, invisibilizadas. Profanando, a medida conquistaria outro exercício do pensamento. A palavra daria passagem para acontecimentos que criariam algo inédito: ações não metrificadas que permitem imaginar valores outros em uma prática não mais convencida “de que aqueles que não possuem informações ‘competentes’ não podem se expressar e que podem e devem ser excluídos” (Coimbra, 2001, p. 87).

Resistir na micropolítica das relações implica afirmar a travessia feita no plano comum em que enfrento o que, em mim, resiste às mudanças provocadas no encontro com o outro. Querendo aquilo que poderia advir estando com aqueles meninos, buscava escutar elementos que me deslocavam de lugares conhecidos. Havia, portanto, um percurso a partir do qual a escrita se produzia e que comportava a pergunta: como construir esse encontro de forma que permita respiros, instantes em que não se é alguém previsto?

Se, ao produzirmos um dizer sobre o outro, produzimos um outro dele e, também, um outro próprio, a direção para a qual aventamos essa produção importa. Chamando-o a participar, a medida faria mais do que comunicar um evento, como a feitura de um documento: ousaria a vontade de dizer e de saber, acessando posições desconhecidas (e desconfortáveis) e os sentidos atribuídos pelo outro. Dá trabalho e anima participar desse enlace que, em ato, realiza a afirmação de que “somos reais apenas se tivermos conquistado o direito de existir” (Lapoujade, 2017, p. 104). Deixando de supor que sabe quem é esse com quem fala, a medida passaria a saber outras coisas por meio de uma conquista produzida nesse *entre*, um agenciamento.

### 7.3 TRABALHAR NÃO É COISA SIMPLES

Desde pequeno, o crime não apareceu para Alemão somente como uma estratégia para fazer dinheiro, sendo também um arranjo social quando o que estava ao lado

não dava alguma ancoragem e, pelo contrário, era vivido como aversivo. Talvez por isso a vida fora do crime não tenha tido muito espaço em sua narrativa, aparecendo em cenas breves que davam passagem ao que falava em seguida, como uma forma de chegar a outro tema – não o crime, mas a vida atravessada pelo crime, organizador de sua biografia, pois “oferece uma moral, tem uma ética que acolhe e faz um menino da periferia se sentir importante”.

As tentativas de Alemão para gerar renda variavam do tráfico de drogas e do roubo à entrega de *pizzas* e ao trabalho como pedreiro, e essa diversidade podia acontecer em uma mesma época, deixando ver que a separação entre legal e ilegal inexistia na ponta de sua vida. Meninos como ele, com frequência, vão negociando, inclusive consigo mesmos e a cada nova situação, as bússolas para suas escolhas. A distinção radical entre lícito e ilícito coloca quem se vê fora dessa relação cotidiana, da decisão de como sustentar a vida diante de condições bastante precárias e disso que “pulsa, em filigrana, nos agenciamentos práticos da vida cotidiana. É nesses pontos de fricção [entre a governabilidade e a vida nua] que homens e mulheres negociam a vida e os sentidos da vida. No fio da navalha” (Hirata; Telles, 2007, p. 187).

Ser menor de idade não era um impeditivo para entregar *pizzas*, algo que conseguia realizar utilizando o que sabia – conduzir uma moto – sem a necessidade de ter um percurso escolar. No entanto, esse era também um fazer arriscado, com a probabilidade de sofrer acidentes e ser parado pela polícia à noite, quando há menos testemunhas de possíveis violências contra ele. A possibilidade de ser acuado enquanto realizava sua atividade laboral era um elemento que constituía seu esquema de geração de renda.

Alemão sabia do risco que corria, dando a ver o encontro desastroso entre inserção laboral precária e juventude, que, além de alimentar a falta de perspectivas, criminaliza quem permanece no emprego incerto (Kowarick, 2006; Hirata, 2018). Quando falava de suas incursões em busca de dinheiro (e que nunca se tratava somente de dinheiro), mostrava os efeitos da inclusão arriscada no universo do trabalho que a medida lhe solicitava como comprovação de que deixara de ser quem era (Foucault, 2015). Ter a sanção extinta e mostrar seu empenho em ter um trabalho não ilícito implicava se colocar em riscos de diversas ordens, sem garantias.

Quando dizia que “quem contrata *não se importa se acontece alguma coisa com o moleque* porque é só colocar outro no lugar”, Alemão apontava a precarização de sua condição de trabalhador e sua indignação perante a injustiça e o descaso; previa que nada aconteceria se sua vida fosse retirada, bastando colocarem outro em seu lugar. As condições problemáticas de geração de renda são a realidade com a qual meninos como ele precisam se haver, sendo bastante frágil o fio que sustenta a narrativa do trabalho como meio de vida. Os empregos que conseguem acessar são incapazes de lhes dar um lugar de reconhecimento que não o do “pobre incivil” (Telles, 2013). Por

isso, para além do risco que o corpo corre, eles sabem que o trabalho informal tende a ser uma estratégia passageira que não se sustenta nem se fundamenta como meio de existência, pois meninos de sua geração aprenderam que o trabalho dificilmente lhes possibilita dar um salto no sentido de uma vida melhor, seja em termos financeiros, seja no que se refere a sua condição civil (Galdeano; Almeida, 2018). O fio da navalha tem a ver com ter de decidir entre ser desempregado, roubar ou ser empregado sob áridas condições.

Aos que trabalham, a medida estende a ocasião da liberdade sem olhar para como acontece aquilo que quer. Projetando que são eles que devem mudar, não questiona as condições dentro das quais – apesar das quais – têm de fazê-lo, virando o rosto para o fato de que o menino pobre enfrenta os efeitos de ser prisioneiro também em função das carências que marcam o território onde vive (Passetti, 2006).

A narrativa tensiona esse lugar comum do “basta querer” que opera como mero controle sobre a vida (Foucault, 2010b; 2015). Quando domina a ideia de que basta o menino se esforçar para encontrar um emprego, fica de fora o que ele seria, em quais condições é realizado, a remuneração pelo serviço prestado ou o que aporta de si no que faz, entre outras questões que poderiam ser produzidas a partir do que já experimenta no dia a dia.

Há essa complexidade que não se resolve com o emprego quando ele significa mais um evento com cujas implicações o menino terá de lidar sozinho. Por isso, um trabalho não ilícito é, primeiro, uma ideia de mundo atravessada pela ameaça persistente à vida, pela compreensão e pelos sentidos criados para as experiências, pelas razões para se arriscar a estar em novos lugares. Desse ponto de vista, a questão deixa de ser trabalhar ou não e passa a ser os trabalhos que lhes são oferecidos e a adesão a quais condições a medida lhes solicita. Quando a medida afirma o emprego como meio para outra vida e não o assume como mais um terreno de precarização da existência, destitui o menino não apenas da possibilidade de escolher o que fazer, mas da raiva a que tem direito. Alemão mostrava que é complexa a ideia de liberdade quando ser livre passa por escolher entre arriscar ser preso e perder o direito de ir e vir ou ficar na rua e fazer dinheiro por meio de uma alternativa que não respeita seu corpo nem seu intelecto.

Também isso define exclusão, ou seja, desigualdades que empurram o menino para uma condição em que “as adversidades do emprego e do desemprego tendem a se confundir com os azares de cada um” (Telles, 2013, p. 102). Dentro do imperativo “trabalhe”, ele não pode falar sobre aquilo que vive e que é efeito de práticas sociais historicamente construídas, submetendo-o ao impossível emprego digno sem poder saber do que o torna impossível, pois o que produz suas vulnerabilidades não pode aparecer como decorrência de processos coletivos de negação de direitos (Kowarick, 2009). Ele fica mais sozinho para sustentar seus planos e aquilo que os ameaça.

Se concluir a sanção não é se separar do que insiste em querer aprisionar a existência, ao menos, “pensar é experimentar [e é importante lembrar que] só há experimentação diante de condições adversas colocadas pela história” (Passetti, 2006, p. 101). Portanto, para que o menino trabalhe, há muito pensamento a ser percorrido dentro de uma concepção do emprego “como humanização do ser humano” (Fanon, 2020, p. 291). Na medida, através do pensamento e das decisões sustentadas em uma responsabilização compartilhada, o menino experimentaria de outras formas os espaços, brigando com o imperativo de estar nos lugares, pois importaria *como* estar, já que o “ser humano, quando se lança ao trabalho, fecunda a natureza, mas também se fecunda” (Fanon, 2020, p. 291).

#### 7.4 TEM QUE SER FORTE PRA FICAR FIRMÃO

Alemão colocava em crise a ideia de liberdade tão falada na medida quando, fora dos muros da Fundação CASA, permanecia vivendo uma forma aprisionadora em que a injustiça e a desigualdade tolhiam seus movimentos. Onde estaria aquela liberdade que a medida lhe dizia que valia a pena alcançar?

Deligny (2018a) fala de duas liberdades, aquela de uma pessoa, sempre passível de ser legislada e reconhecida pelo poder, e a liberdade do *comum*. A primeira, uma liberdade decretada pela lei, e a segunda, uma liberdade inventada, construída em meio aos outros, que se experimenta nos breves instantes em que alguém pode ser vários – ou outro que não o previsto. Esta, uma liberdade como travessia, caminho trilhado para descobrir maneiras de existir. Nesse percurso singular, o melhor que a medida pode fazer é não atrapalhar o menino enfiando nele desejos e processos que não são seus (Deligny, 2018b).

Quando sua vida era permanentemente ameaçada, Alemão estava sempre pisando nesse instante marcado pela falta, em que o roubo era um passo vislumbrado e cair era ser pego pela polícia. A liberdade prometida para o depois da medida não o ajudava a enfrentar tal dilema. “Pegar cadeia longa” era o medo de ir envelhecendo preso, de se ver humilhado e sempre preocupado com a vida de quem está fora dos muros, na impossibilidade de ajudar quem precisasse nessa segregação que não se opera totalmente. Alemão escancarava o fato de que viver a liberdade vai além de não estar em sanção: medo, escassez e a percepção de iminência da morte eram, também, contornos restritivos da sua existência. Mas, afinal, “será esta liberdade, a liberdade de escolher entre ameaçadores infortúnios, [sua] única liberdade possível?” (Galeano, 2013, p. 8).

O que seria uma vida em liberdade para esse menino que vivia andando em corda bamba? Em uma ideia que ultrapassa a obviedade de um corpo não estar preso, ser livre aparece como a possibilidade de inventar táticas que permitam escapadas ao instituído dentro daquilo que faz; como subjetividade que não responde à primazia

histórica do sujeito jurídico (Butler, 2019). Apresentando apenas duas alternativas àquele menino – crime e fora do crime –, a medida se distanciava de uma prática libertária, pois era aprisionador que restasse para Alemão apenas escolher entre roubar e se manter em um trabalho precário que, apesar de acolhê-lo no que sabia fazer, ameaçasse sua vida e sua dignidade.

Os muros da prisão são apenas a imagem de algo que a medida exerce também do lado de fora deles (Deleuze, 2013; Passetti, 2006). Dentro da forma *infrator*, a medida desconsidera as batalhas travadas pelos meninos no horizonte de suas existências, conservando a ideia de uma forma determinada de vida (Augusto, 2012). Por isso, cada vez que aciona a ideia de que cabe aos meninos cumprir tarefas, sem ao menos poderem pensar sobre esses mesmos afazeres ou poderem se perguntar sobre o que gostariam de realizar, oportunizando que se experimentem imaginativamente, a medida se afasta de agir por uma liberdade possível: ser, com os meninos, atuante na criação de pensamento, estando à altura do que lhes acontece (Rolnik, 2018), em vez de reproduzir algo que já estava lá desde antes.

O primeiro direito que os meninos têm, cumprindo ou não as tarefas, é saber a razão de o fazerem, pois, quando ela acaba, algo precisa ter sido produzido para além de mais um estigma pairando sobre eles. Reposicionando-se em relação àquilo que vivem no interior da medida, poderiam ser também eles “os criadores das circunstâncias. [O que] quer dizer que há um espaço de autonomia do sujeito face às circunstâncias. Isto é, há um espaço de indeterminação não redutível a uma lógica simplista de causa-efeito” (Nunes, 2018, p. 429). Conectados àquilo que lhes diz respeito, podem elucubrar aberturas singularizantes aos fechamentos inerentes à sanção.

Se a medida fizesse encontro com o menino que precisa sempre escapar, talvez produzisse uma fresta pela qual se veria tendo de, para não fazer sempre cerceamento, também escapar no interior de um contexto em que paradoxos não cessam de se refazer:

*Por corredores, por portões / seguidos, seguir / rápido, porque no tempo / você não tem muito tempo / de lugar a lugar / até muitos ainda abertos / onde há treva e incerteza / mas também lume e deslumbre / onde há alegria, mas a desalegria / logo ao lado / e alhures, aqui e ali / acolá / onde for / há felicidade na infelicidade / como parêntesis num parêntesis / e a aceitação de tudo isso / e de repente um precipício / um precipício / mas uma ponte / uma ponte, mas balouçante / balouçante, mas única / porque outra não há. (Szymborska, 2020, p. 291)*

Se a medida sabe, de antemão, tudo sobre o menino, como poderá se interessar por sua vida para criar, com ele, novas pontes? Como o interessará, se conversa com ele já sabendo o que dirá? O interesse é um começo necessário, pois, fora do querer, resta

apenas desamparo (Deligny, 2018b). Então, quando o que se passa ao menino interessa à medida, não cabe a hipótese de que sabe tudo sobre ele, de que sabe mais do que ele, de que sabe o que importa, de que qualquer saber não pode vir a ser desterritorializado.

Em outra direção, sair da medida seria mais do que chegar ao fim da sanção: os meninos percorreriam o processo socioeducativo sem que isso se confundisse com a aceitação do poder (Fanon, 2020) que os quer submeter à categoria de quem não precisa saber. Uma liberdade possível seria tomarem parte nas coisas; dizerem *não* às tarefas ou fazerem as tarefas dizendo *não* a certas condições; dizerem *sim* às tarefas; escolherem as palavras para falarem de si; transformarem os espaços feitos *para* eles e impossíveis de encantá-los. As coisas seriam pensadas enquanto colocadas em marcha, o que acontecesse seria discutido, a medida se proporia a se virar com os problemas que fossem aparecendo (Guattari; Rolnik, 2013) – que apareceriam, descobertos com aquele menino ali, à sua frente.

Eis uma diferença entre fazer (o mesmo, o esperado, o que corresponde a algo ou a alguém) e agir (colocar-se em situação, estar com o outro, acompanhar seus processos, perceber aquilo que se pode junto e o que pode o outro). Revendo as coisas, revisitando-as, a medida encontraria algo, um sentido que fizesse o agir surgir no lugar do fazer que repete, pois, “que só exista iniciativa num reiterar, isso não deve surpreender: reparar é um ver-rever-prever-agir que vem de longe, e todo o rever pode intervir” (Deligny, 2018a, p. 237).

Se uma prática interfere na vida produzindo subjetividade, também produz a si (Nunes, 2018); por isso, quando a medida estranha o que acontece, produzindo questões, também tensiona o próprio fazer. Desde aí mesmo se desdobra uma liberdade possível, uma liberdade menor, pois feita da atenção à constituição dos gestos em uma coletividade que também é composta de outros meninos que podem produzir juntos suas táticas de enfrentamento quando a resistência se opera como parte do poder, subvertendo-o (Butler, 2019). A conquista dessa proposta de liberdade requer que a medida combata o que em si produz imobilidade – esse medo do desconhecido – e do que muda em si, tão importante para que novas produções advenham, trincando o instituído inerte, e é “só vencendo essa força que se torna possível desobstruir o acesso à experimentação do devir” (Rolnik, 1995, p. 13).

Isso de produzir desvios nas formas instituídas também se faz em um coletivo que seja capaz de reparar naquilo de que participa (Fanon, 2008, 2020; Miguel, 2015). Ao liberar o menino dando a ele a extinção da sanção em um agir libertador, a medida coloca em jogo o próprio processo socioeducativo, buscando uma qualidade do encontro que dura, um respeito que se mostra pela palavra dignificada.

Em meio aos meses em que este capítulo foi escrito, Alemão e eu trocamos algumas mensagens. Havia passado dois anos desde o fim de nossos encontros. Contou que,

pouco depois da nossa despedida, foi preso novamente. Não entrou em detalhes, e eu lhe disse que lembrava do que me contara sobre a internação e, ao perguntar como estava, respondeu: “tô firmão, graças a Deus. Levando como dá”. Quando nos víamos, falava da dúvida sobre voltar para o crime, o que, para ele, representava arriscar ser preso e afastado da família e da namorada. Ele sempre trazia algo de um esforço para sobreviver aos dias, dominando em seus dizeres a percepção da vida como sendo a necessidade de um empenho contínuo: “Tem que ser forte pra ficar firmão”.

